



# **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS**

**Território Piemonte da Diamantina**

**Piemonte da Diamantina – Bahia  
Janeiro de 2017**

# **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS**

Território Piemonte da Diamantina

***Organizador***



***Consultor***

***Paulo Henrique Muricy Nunes Junior***

***Parceiros***

***Associação Comunitária da Grota do Brito***

***Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da  
Chapada Norte***

***Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR - Lara Micia A.  
Mascarenhas Sena***

***Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar e Sustentável do  
Piemonte - Farnesio Braz, Leonardo Lino Carvalho***

***Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPEX – Mercejane D. Almeida***

***Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - Inaiara Lima de Souza Nunes***

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Piemonte da Diamantina – CODETER/ TIPD apresenta a todos/as o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS. Trata-se da construção coletiva de um instrumento que consolida o que já foi elaborado no Território Piemonte da Diamantina, por meio de escutas municipais e territoriais, Conferências de âmbito territorial e dos diversos setores sociais. Toda esta produção foi feita ao longo de anos e agora está sendo reciclada, atualizada e consolidada num novo instrumento de planejamento para o desenvolvimento sustentável do Território.

A política Territorial na Bahia é uma abordagem para o desenvolvimento, a qual prescinde da compreensão do conjunto das instituições presentes no território sobre o seu significado estratégico. Pensar em termos territoriais significa pensar de maneira estrutural e articulada sobre os problemas e as possíveis soluções, articulando forças, atores, instituições, oportunidades, empenhos dos cidadãos e cidadãs, para superar obstáculos que impedem o conjunto dos municípios do território de se desenvolverem.

O CODETER acredita que o PTDSS nos remete ao sentimento da necessidade de firmarmos compromissos, além de ser uma forma de manifestarmos quem somos, o que queremos, qual entendimento nós temos da realidade, que caminhos vamos percorrer para estabelecer nosso modo de vida rural e urbana com abundância, justiça social e cidadania.

## **SUMÁRIO**

### **APRESENTAÇÃO**

### **CAPÍTULO 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO**

#### **1.1 HISTÓRICO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DA DIAMANTINA**

##### **1.1.1 HISTÓRICO DE JACOBINA E REGIÃO**

##### **1.1.2 ACERVOS GEOLÓGICO, ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO-CULTURAL DO PIEMONTE DA DIAMANTINA**

##### **1.1.3 MARCO REGULATÓRIO TERRITORIAL DA BAHIA**

#### **1.2 CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO**

#### **1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO**

### **CAPÍTULO 2 – MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS**

#### **2.1 DESCRIÇÃO SOBRE OS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO**

#### **2.2 MATRIZ DE AÇÕES**

### **CAPÍTULO 3 – GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDSS**

#### **3.1 DESCRIÇÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO**

## **REFERÊNCIAS**

## **APRESENTAÇÃO**

O PTDSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Piemonte da Diamantina se constitui como principal instrumento de planejamento de curto, médio e longo prazo e configura-se como suporte para a gestão do desenvolvimento do Território de Identidade Piemonte da Diamantina - TIPD. Ele foi elaborado de forma democrática e participativa, com amplo protagonismo do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter/TIPD, em especial de suas Câmaras Temáticas, apoiado por equipe externa de consultoria e apoio incondicional de instituições parceiras, ativistas e militantes sociais.

Apesar do processo de construção de planos territoriais ter iniciado na Bahia entre os anos de 2004 e 2010, só agora o TIPD apresenta a sua primeira versão, embora possua documentos resultantes de atividades territoriais como as Conferências de Desenvolvimento Rural, Cultura, Meio Ambiente, e as Conferências Setoriais de Mulheres, da Juventude, de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, e de Povos e Comunidades Tradicionais, dentre outras, que apontam objetivos, diretrizes e estratégias de desenvolvimento sustentável do território.

A elaboração deste Plano Territorial decorre da necessidade e orientação da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS realizada em 2013 e em conformidade com a resolução nº 100 de 22/12/2014 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf.

O PTDSS do TIPD está estruturado em três capítulos: Capítulo 1 – Diagnóstico do Território, apresentando o histórico regional, marcos regulatórios da sua criação, as características e informações sobre o desenvolvimento do Território; Capítulo 2 - Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas, fazendo uma breve descrição sobre os eixos do desenvolvimento (Desenvolvimento Econômico, Estrutura Fundiária e Acesso a Terra, Formação Cidadã e Organização Social, Infra Estrutura e Serviços Públicos, e Gestão de Recursos Hídricos) e a Matriz das Ações; Capítulo 3 - Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDSS, descrevendo as estratégias para a gestão do desenvolvimento; e Referências.

## **1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO**

### **1.1 Histórico do Território de Identidade Piemonte da Diamantina**

O ciclo da mineração é importante para a história da região, período da história do Brasil e de Portugal em que a extração e exportação do ouro dominava a dinâmica econômica da colônia. Neste período, o processo de povoamento se intensificou com a busca incessante por metais preciosos. Além disso, a região das proximidades do que chamamos de Piemonte da Diamantina, passou a constituir importantes núcleos de povoamento, configurando assim áreas de intensa circulação de mercadorias e pessoas.

A história de Jacobina-Bahia, município que originou os outros 08 municípios do Território, indicia que já era habitada desde o Descobrimento pelos índios sapoiás, paiaiás, tocós, secaquerinhens, todos pertencentes ao grupo dos Quirirís, formando a grande nação dos Tapuias em toda a região de vegetação baixa e espinhosa que formava o sertão. A posterior ocupação do Território testifica-se em relatos datados do final do século XVII (1682), com o início do desbravamento do território por aventureiros em busca de metais preciosos, foram então encontradas jazidas de salitre, ainda muito exploradas na primeira década e logo sucedidas pelos primeiros relatos do ouro abundante encontrado na região (AZEVEDO, 1996).

Um dos seus principais componentes geográficos naturais é a Serra do Tombador, que corta o Território ao meio perfazendo um marco divisor de águas, delimitando duas bacias hidrográficas, Salitre e Itapicuru, e tendo os seus municípios ao “sopé” ou pé do monte (piemonte) dessa cordilheira que é a entrada da Chapada Diamantina pelo lado norte, sendo essa característica responsável pela denominação de **Território de Identidade Piemonte da Diamantina**.

#### **1.1.1 Histórico de Jacobina e região**

Segundo o grande sertanista Theodoro Sampaio, o topônimo *Jacobina*, *Jaccuabynna*, *Jacuabina*, é uma palavra indígena que significa “*Campo Limpo*”, uma alusão ao pediplano sertanejo visto das Serras de Jacobina. Toda extensão das Serras de Jacobina, aproximadamente 200km, era ocupado, antes do colonizador, por

populações originárias, chamados de índios Payayás. Considerados por muitos como muralhas humanas, impedindo a colonização do interior da Capitania Real por séculos, somente na metade do século XVII foram dizimados pelos oficiais da coroa portuguesa.

A cidade de Jacobina, abre-se em meio a grandes paredões, serras auríferas e grutas, em meio às águas dos lagos rios e variadas cachoeiras. Rico também é o patrimônio histórico e cultural desta que é a “Cidade do Ouro”; herança dos tempos de exploração das minas, que atraíam numerosos exploradores.

A descoberta de prata nas Serras de Potosí, no Peru, pelos espanhóis em 1545, mostrou ao mundo colonial, pela primeira vez, metais preciosos em abundância, e rapidamente a prata se torna a principal moeda de troca comercial e o metal mais ambicionado pelos conquistadores ibéricos. A coroa portuguesa não teve a mesma sorte.

A descoberta e exploração do ouro em Jacobina data da segunda metade do século XVI, iniciando o primeiro ciclo de ouro não usufruído pelo Império Português, sendo Gabriel Soares de Souza um dos primeiros a acender as minas, sendo responsável pela primeira Corografia do Brasil em 1587. Ele e seu irmão, e mais um primo, Melchior Dias Moreya <sup>1º</sup>, são responsáveis pelas primeiras explorações de ouro na região<sup>1</sup>.

Com o consentimento de Felipe II, Gabriel Soares de Souza parte de Madri com a nau *Grifo Dourado* e 360 oficiais reais, os quais iriam ocupar os cargos da administração do novo distrito mineiro que iria erigir em Jacobina, onde Gabriel Soares seria encabeçado como Marquês das Minas, único possuidor dos roteiros que conduzia as anunciadas riquezas. Por volta de 1591, adentram novamente pela parte sul das Serras de Jacobina em direção as Minas de Jacobina, onde fundariam a primeira Vila

---

<sup>1</sup> Esse sub-capítulo é inteiramente baseado em: CARVALHO, Fábio O., BUSQUEDA E EXPLOTACIÓN DE METALES EN EL BRASIL COLONIAL: La colonización de los sertões de Jacobina - Bahía entre los siglos XVI – XVIII, Dissertação de Mestrado, Universidade Autonoma de Madrid, Espanha, 2010.

mineira do Brasil.

A história nos conta que foram dizimados pelos payayás. Com a notícia do incidente, e de posse dos roteiros, seu primo Melquior Dias Moreya organiza uma Bandeira e faz entrada em busca de Gabriel Soares, permanecendo oitos anos em Jacobina, até que, dado como morto, aparece em sua fazenda em Tatuapará.

Logo após, segue para Espanha por volta de 1605, reclamar ao Rei os títulos e honras a que tinha direito como descobridor, informando a Felipe III ser possuidor dos roteiros que levariam a coroa a riquezas muito maiores que Biscaia, mina de ferro responsável pelos maiores dividendos aos cofres reais do período. Mas seu pedido não foi atendido.

O fato é que Belchior Dias Moreira<sup>2</sup> morre no começo do século XVII sem revelar o local das Minas de Jacobina, gerando o mito das Minas de Prata, história essa romantizada em uma novela história de José de Alencar, *As Minas de Prata*, com lançamento na segunda metade do século XIX.

O segundo ciclo de mineração em Jacobina se inicia a partir da segunda metade do século XVII, onde a região passou a ser povoada, vindo a surgir os primeiros adensamentos humanos e as primeiras minerações de ouro em Jacobina, após a vitória do colonizador nas “*Guerras Justas*”. Contudo, desde o começo deste século, o avanço do gado pela parte norte “das Jacobinas”, ou seja, no entorno norte das Serras de Jacobina, a penetração do interior baiano com currais de gado foi intensa.

Sabemos que por volta de 1666, o missionário flamengo Jacob Roland, acompanhado de outro teólogo, João de Barros, funda a Missão de São Francisco Xavier – Missão de Jacobina – onde edificam uma Igreja de Santo Antônio, e onde em 1683 o Arcebispo da Bahia cria a Freguesia de Santo Antonio de Jacobina.

---

<sup>2</sup> Melchior Dias Moreya troca seu nome para Belchior Dias Moreira antes de sua viagem à Espanha.

Nas Minas recém descobertas, logo se instala a Igreja Matriz de Santo Antonio em 1705, e em 1706 é instalada a Missão do Bom Jesus da Glória. A presença do negro também é bastante importante na região, diversas são as ordens para aprisioná-los, marcando sua forte presença na região, como a ordem emitida ao Capitão do Mato Domingos Gonçalves Ferreira, que lhe ordena aprisionar os quilombos e mocambos em Jacobina.

Logo em 1720, Jacobina passa ter privilégio de Vila, com topônimo de Vila de Santo Antônio de Jacobina, passado a possuir os mais altos cargos da administração colonial. A Casa da Torre em conjunto com a Casa da Ponte, redefiniram por séculos a organização espacial de Jacobina.

Certamente, o começo do século XVIII foi um dos mais intensos da Bahia, onde ocorreu um rápido deslocamento de populações para o interior, e o declínio na economia da cidade de Salvador pela escassez de mão de obra escrava, que progressivamente ia sendo deslocada para as Minas de Jacobina.

Por outro lado, o crescente aumento do contingente de aventureiros que adentravam os sertões em busca de enriquecimento fácil, gerava um clima de desordens e tumultos, até a instalação da Vila em 1724, com a construção da Câmara Municipal, ainda existente. Pela Provisão de 13 de maio de 1726 foi ordenada a construção de duas Casas de Fundição, uma em Jacobina e outra em Rio de Contas. Com a instalação da Casa de Fundição em Jacobina, provavelmente no Solar das Almas, na Praça Rio Branco, aos finais de 1727.

Em 1755, a Casa de Fundição é transferida para as Minas Novas de Arassuay, no norte de Minas Gerais, marcando o grande declínio na arrecadação do quinto em Jacobina. Em 1758, a sede da Freguesia de Jacobina é instalada. Em 1759 se constrói a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, ano de expulsão dos jesuítas do Brasil.

Após a proclamação da república, a Vila de Santo Antônio de Jacobina perde substancialmente seu território, que por todo o período colonial, abarcava quase todo interior da Bahia, grande parte de Minas Gerais e partes dos estados de Sergipe e Pernambuco. Uma extensão territorial tão vasta que era maior que muitos reinos da

Europa. Ao final do século XIX, uma lei de 28 de julho de 1880 eleva a Vila de Santo Antônio de Jacobina a categoria de cidade, com topônimo de Cidade Agrícola de Santo Antônio de Jacobina.

### **1.1.2 Acervos geológico, arqueológico e histórico-cultural do Piemonte da Diamantina**

Em relação ao acervo histórico-cultural verifica-se a presença de antigos casarões, igrejas centenárias, ruínas, sítios históricos e arqueológicos e a Estrada Real - caminho oficial, único autorizado para a circulação de pessoas e mercadorias no período colonial - um símbolo deste período, podendo ser considerada um patrimônio histórico, cujo resgate e valorização poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento territorial.

O Território Piemonte da Diamantina é expressão de patrimônios materiais e imateriais em sua maioria desconhecidos por sua população e do público em geral. Do ponto de vista arqueológico, registra-se a ocorrência de fósseis de animais da megafauna, ou seja, animais de grandes proporções, mais especificamente, animais pré-históricos que desapareceram no final do período Pleistoceno, Idade Gelesiana.

No território, de acordo com o Bahia Arqueológica, foram registrados cerca de nove sítios arqueológicos, distribuídos quase uniformemente nos municípios de Mirangaba, Jacobina, Ouro-lândia, Saúde e Umburanas, onde foram encontrados e classificados utensílios em arte rupestre associados ao período Pré-Histórico que aponta vestígios da ocupação humana na região há milênios.

**Quadro 1. Sítios Arqueológicos nos municípios do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina:**

<b>MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA</b>	<b>Jacobina</b>	<b>Mirangaba</b>	<b>Ouro-lândia</b>	<b>Saúde</b>	<b>Umburanas</b>
<b>SÍTIOS RUPESTRES ARQUEOLÓGICOS</b>	Morro Sto. Antônio (BR 324)	Gruta de Sto. Antônio	Grota do Veinho	Serra da Santa Cruz	Poço da Onça

		(Povoado de Volta da Serra)	(Povoado de São Bento)	(Povoado de Jenipapo)	(Distrito de Delfino)
	Toca do Fole (Povoado de Três Coqueiros)	Pedra pintada (Povoado de Sussuarana)			Toca Beira da Estrada (Povoado de Peguento)
					Toca do Tapuio Marreca – Peguento

FONTE: Bahia Arqueológica/ Sítios < <http://www.bahiarqueologica.com/default.asp?secao=sítios>> Acesso em 12 de Nov. 2016.

Vale destacar sítios Toca do Tapuio (Umburanas), Gruta de Santo Antônio (Mirangaba) e Toca do Fole (Jacobina). Além disso, estudos em sítios rupestres, investigaram 49 jazidas arqueológicas regionais supondo existir significados subjacentes às pinturas e adotando a noção de gramática para análise do material encontrado, indicando três perfis gráficos específicos para a região do Piemonte da Diamantina, provavelmente fruto de uma sucessão de momentos distintos de ocupação do território, dentre os quais o mais expressivo é formado quase exclusivamente por símbolos geométricos. Com relação à identificação de cavernas, foram observados 40 registros, sendo que 95% dos registros estudados estão concentrados no município de Ouro-lândia (CECAV, 2011).

Nos municípios de Miguel Calmon, Jacobina e Mirangaba, a formação Tombador, além das riquezas minerais, tornou-se referência identitária por sua beleza natural e marcante simbolismo da paisagem local. Neste sentido, em relação ao patrimônio ambiental, destaca-se também a *Serra da Jacobina*, importante cordilheira que detém inúmeras nascentes, baixadas e patamares adjacentes, cortados pela drenagem representada por diversos rios e riachos afluentes do Rio Itapicuru-Mirim e Itapicuru-Açu, pertencente à bacia hidrográfica Itapicuru.

### 1.1.3 Marco Regulatório Territorial da Bahia

Desde 2001 no Estado da Bahia, destaca-se a atuação de atores sociais e agentes de financiamento, entidades públicas e privadas, organizações do terceiro setor, universidades e movimentos que trabalham com políticas públicas e que, vêm realizando parcerias com o Estado, na busca de perspectivas para atuação conjunta e melhor aplicação dos recursos em prol do desenvolvimento regional. Compreendendo que o debate recente sobre políticas públicas, desenvolvimento e território coloca imensos desafios analíticos, teóricos e políticos para o entendimento dos fenômenos e das estratégias adotadas de ordem pública e privadas, muitos estudos já mostraram que esses elementos incidem de maneira desigual sobre as regiões, os setores econômicos e os grupos sociais e indivíduos, acentuando deficiências e desigualdades já existentes e criando novos desequilíbrios. Por essa razão, a questão da escala espacial de análise dos dados dos municípios ganha destaque neste contexto.

Com a premissa de que território “é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”, em 2007, após amplo processo de escutas em todo o Estado, organizações da sociedade civil, instituições federais e estaduais atuaram na mobilização dos atores locais para aprofundar as discussões em torno da proposta do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e construir uma nova formatação territorial a partir da identificação dos espaços já constituídos, culminando na criação dos Territórios de Identidade, hoje considerados como unidades de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia. Iniciou-se, portanto, o processo de implantação de uma Política de Desenvolvimento Territorial – PDT.

Hoje em número de vinte e sete em todo o Estado, o Território de Identidade Piemonte da Diamantina, originalmente, era composto por dez municípios, sendo eles: Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova, cada um com sua história própria de formação específica, mas com muitas semelhanças que as identificam e formam sua identidade. Seu

funcionamento é ordenado por meio do seu regimento interno pactuado entre as entidades da sociedade civil e órgãos públicos das esferas municipais, estaduais e federais que compõem o seu órgão gestor, Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter).

Em 2015, por meio da Lei 13.468 de 29 de dezembro, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) Participativo do Estado da Bahia para quadriênio 2016-2019, determinou a migração do município de Capim Grosso para o Território de Identidade Bacia do Jacuípe.

## 1.2 Características do Território

### Aspectos gerais

O Território de Identidade Piemonte da Diamantina (16), inserido à macrorregião semiárido, faz divisa com o Território Sertão do São Francisco (ao noroeste), Piemonte Norte do Itapicuru (ao norte e nordeste), Bacia do Jacuípe (ao sudeste), Piemonte do Paraguçu (ao sul) e com o Território Chapada Diamantina (ao sudoeste).



O TIPD compreende uma área de 11.325,9Km<sup>2</sup>, equivalente a 2% do território do Estado, com população aproximada de 203.056 pessoas (IBGE, 2010) e engloba os municípios de Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourorândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.

**Tabela 01 – Síntese dos Dados de Área e População do Território**

VARIÁVEL	VALOR
Área (em Km <sup>2</sup> )	11.325,9
População Total (hab.)	203.056
População Urbana (hab.)	119.797
População Rural (hab.)	83.259

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico (2010);

Normalmente, as temperaturas variam entre 16 e 33 graus e o bioma predominante é a Caatinga. Compreende áreas sob influência predominante de clima árido, semiárido e semiárido a sub úmido com precipitações médias anuais variando de 400 a 650 mm, 600 a 850 mm e 700 a 850 mm, respectivamente, possuindo drenagens hídricas superficiais para as Bacias Baianas do Itapicuru, Paraguaçu, Salitre e Verde/Jacaré, e consequentemente a Bacia Nacional do São Francisco devido a afluição destas duas últimas.

Com uma geologia que, em alguns municípios apresenta unidades dos Paleoproterozóico e Neoproterozóico, que resultam numa riqueza mineral representada uma diversidade de rochas, formações ferríferas, xistos e quartzitos, formações Salitre, e uma série de outras complexas formações que resultam, em Jacobina, por exemplo, em possibilidades de depósitos minerais metálicos, não-metálicos e de pedras preciosas, como manganês, ametista, esmeralda, barita e ouro, como destaque, hoje explorada pela Jacobina Mineração e Comércio Ltda., através do grupo canadense Yamana Gold.

A vegetação do TIPD é caracterizada por uma florística singular que forma verdadeiros jardins de altitudes. Encontra-se também Floresta Estacional, Caatinga Arbórea e Campo Rupestre Montano, distribuídos ao longo da Serra de Jacobina, nas encostas, vales e grotões e se caracteriza por uma vegetação lenhosa decidual e/ou arbustiva, sendo esta última apresentada por um estrato denso lenhoso decidual.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse Território de Identidade - TI, representando aproximadamente 50% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos Eutrófico e Neossolos Litólicos Distrófico. Destaca-se no TI Piemonte da Diamantina a presença de seis unidades

geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serra de Jacobina, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e Tabuleiros Interioranos.

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas três unidades de conservação, que estão totalmente inseridas no território e que constitui proteção integral de seus recursos naturais. A Unidade de Conservação Parque Estadual das Sete Passagens tem por competência a esfera estadual e está contida nos municípios de Miguel Calmon e Jacobina. O Parque Natural Municipal das Macaqueiras está inserido no município de Jacobina, e a RPPN Maria Maria no município de Saúde. A área total protegida está em torno de 2.926 ha e corresponde a 0,24% da extensão territorial do TI Piemonte da Diamantina, tendo respectivamente 2822 ha, 100 ha e 4,11 ha.

## DEMOGRAFIA

O Território Piemonte da Diamantina registrou, na última década, crescimento mais lento de sua população, com taxa média anual de 0,3%. Esse cenário se deve à redução da população rural (-1,2%), combinado ao crescimento da população urbana praticamente no mesmo percentual (1,3%). O município que mais cresceu no território foi Umburanas (1,9%). Quatro deles registraram decréscimo da população, com destaque para Caém (-1,9%) e Várzea Nova (-0,8%). Conforme tabela 2.

**Tabela 2 – Crescimento populacional de 2000 a 2010 e área por município**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

Município	Área (em Km²)	2000			2010		
		População total (hab.)	População urbana (hab.)	População rural (hab.)	População total (hab.)	População urbana (hab.)	População rural (hab.)
Caém	548,38	12.562	3.374	9.188	10.368	3.655	6.713
Capim Grosso	334,42	23.847	17.810	6.037	26.577	21.762	4.815
Jacobina	2.358,69	76.429	52.048	24.381	79.247	55.868	23.379
Miguel Calmon	1.568,22	28.308	14.806	13.502	26.475	16.066	10.409
Mirangaba	1.697,95	14.255	4.706	9.549	16.279	7.879	8.400
Ourolândia	1.489,24	15.354	4.458	10.896	16.425	6.341	10.084
Saúde	504,31	11.486	5.991	5.495	11.845	6.646	5.199
Serrolândia	295,85	12.609	6.032	6.577	12.344	7.279	5.065
Umburanas	1.670,42	14.137	6.183	7.954	17.000	7.510	9.490
Várzea Nova	1.192,93	14.150	8.681	5.469	13.073	8.553	4.520
<b>Total</b>	<b>11.325,99</b>	<b>199.290</b>	<b>106.279</b>	<b>93.011</b>	<b>203.056</b>	<b>119.797</b>	<b>83.259</b>

O território caracteriza-se por uma presença maior de idosos que a média da Bahia: 11,7% contra 10,3% do estado. O número de crianças e adolescentes até 14 anos, no entanto, é maior na média: 26,8% contra 25,6%, respectivamente. Essa distribuição faz com que a população com idade entre 15 e 59 anos seja, proporcionalmente, menor em relação à Bahia: 61,5% e 64%, respectivamente. A migração influencia negativamente sobre a população: entre 2005 e 2010, o território perdeu 3,78% de sua população: os 11,6 mil emigrantes foram compensados pela chegada de apenas 3,6 mil imigrantes. Desse fluxo emigratório, mais de 4,9 mil pessoas partiram com destino a São Paulo.

## A REALIDADE RURAL

O Território de Identidade Piemonte da Diamantina tem 11,6 mil estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar, conforme levantamento do Censo Agropecuário 2006 do IBGE. Nesse total, as maiores quantidades localizam-se em Jacobina (2,8 mil), seguido de Miguel Calmon (2 mil) e Umburanas (1,6 mil). O município com menor número de estabelecimentos com Agricultura Familiar no território é Caém (998).

**Tabela 03 - Dados da Agricultura Familiar**

<b>Município</b>	<b>DAP – Pessoa Física</b>	<b>Nº de agricultores cadastrados no Garantia Safra</b>
Caém	528	276
Jacobina	1.671	646
Miguel Calmon	1.736	419
Mirangaba	4.246	1.102
Ourolândia	3.023	1.349
Saúde	721	871
Serrolândia	919	627
Umburanas	1.357	739
Várzea Nova	1.086	518
<b>Total</b>	<b>15.287</b>	<b>6.547</b>

Fonte: Bahiater, 2016

Em relação à distribuição da propriedade entre os agricultores familiares, a maior quantidade está entre aqueles que são titulares da terra que cultivam (10.827). Há a

ocorrência de outras situações, como a parceria (28), o arrendamento (52) e também as ocupações (730). As propriedades ocupadas significam 6,27% do total de estabelecimento da Agricultura Familiar no Piemonte da Diamantina. As principais atividades agropecuárias envolvem culturas caracterizadas como de subsistência: a caprino-ovinocultura rudimentar e o cultivo do milho, de acordo com dados do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) realizado em 2013. No Piemonte da Diamantina o rebanho bovino totaliza 242,5 mil animais, de acordo com dados do IBGE de 2010. Nessa atividade, destacam-se os municípios de Jacobina e Miguel Calmon, com mais de 51% do rebanho total do território.

## **EDUCAÇÃO**

No âmbito da educação, um dos avanços verificados no Território Piemonte da Diamantina foi a redução do número de analfabetos entre 2000 e 2010. A taxa passou de 27,9% para 20,7% para a população com idade superior a 15 anos. Note-se que a taxa é superior à média baiana, que totaliza 16,3%. As taxas mais elevadas foram verificadas em Ourolândia (26,7%), em Caém (25,4%) e em Mirangaba (25,4%). O acesso à educação na faixa etária entre 6 e 14 anos caminha para a universalização no território, tendo passado de 92,8% para 97,3% entre 2000 e 2010. Os melhores resultados foram verificados em Serrolândia (98,8%) e em Caém (98,8%). Com relação à faixa etária entre 4 e 5 anos, a universalização ainda é um desafio, embora o avanço no mesmo período tenha sido expressivo, passando de 54,9% para 85,4%. Com relação à população com idade entre 15 e 17 anos, houve razoável elevação do acesso à educação entre 2000 e 2010: passou de 75,5% para 82,6%. O grande desafio, porém, coloca-se em relação à permanência em sala de aula: a taxa de escolaridade líquida, que considera os que efetivamente permanecem na escola, é muito baixa: 13,4% e 33,1% em 2000 e 2010, respectivamente. Esse número, a propósito, é inferior ao que se verificou para a Bahia em 2010: 38%.

## **SAÚDE**

Desde 2000 os municípios do TI Piemonte da Diamantina registram queda nos índices de mortalidade infantil. Em 2000 registrou-se, em média, 23 óbitos por grupo de mil crianças nascidas vivas. Esse índice recuou para 19,3 por mil dez anos depois. Na

faixa etária até os 5 anos, o número de mortes também se reduziu, passando de 26,4 para 20,9, no mesmo intervalo, para cada grupo de mil nascidas vivas. Um problema de saúde que vem se reduzindo no território é a tuberculose. Em 2001, foram registrados 104 casos e, em 2012, esse número caiu para 62. Os casos de hanseníase registraram leve declínio: o número de registros recuou de 22 para 18 no mesmo intervalo. A dengue é um problema que permanece no TI Piemonte da Diamantina. O número de registros da doença subiu de 944 para 2.122 no período entre 2001 e 2012. No intervalo, os números se tornaram mais expressivos em 2002 e 2009 quando foram notificados, respectivamente, 2,4 mil e 3,2 mil casos.

## **VULNERABILIDADE**

Nenhum dos municípios do Território Piemonte da Diamantina registra Índice de Desenvolvimento Humano – IDH similar ao da Bahia, que em 2010 alcançou o patamar de 0,660. O melhor resultado, naquele ano, foi alcançado por Jacobina (0,649). Os resultados mais insatisfatórios foram verificados em Umburanas (0,515) e Saúde (0,549). No entanto, todos os municípios registraram avanços em relação a 2000. Naquele ano, à exceção de Jacobina e Capim Grosso, nenhum município havia alcançado o patamar de 0,500. O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador de qualidade de vida de uma população. Compõem o IDH a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade e a renda per capita. O IDH entre zero e 0,499 é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 é considerado médio e, acima de 0,800, o nível de desenvolvimento é alto. O nível de desenvolvimento Piemonte da Diamantina, portanto, pode ser considerado médio. O Território Piemonte da Diamantina registra índice de concentração de renda–Gini significativamente inferior à média da Bahia. No estado, o índice alcança 0,631, contra 0,560 no território. Quanto mais elevado o Gini, maior a concentração de riqueza. O território, inclusive, registra avanços em relação a melhor distribuição da riqueza, já que em 2000 esse índice era de 0,618. A melhoria desses indicadores reflete a redução da pobreza no território. Entre 2000 e 2010, o percentual de pessoas na condição de extrema pobreza se reduziu de 37,3% para 21 %, totalizando 48,1 mil pessoas, contra 83,2 mil dez anos antes. Na Bahia, esse percentual era de 15% em 2010, contra 28,3% em 2000. Somente Capim Grosso (13,2%), na época ainda pertencente ao TIPD, e Jacobina (13,2%) tem percentual de extremamente pobres inferior a 20% no território. De acordo com critérios

estabelecidos pelo IBGE, foram consideradas extremamente pobres as pessoas com renda per capita inferior a R\$ 70 em 2010.

Em parte, a redução da pobreza ocorreu em função da implementação de políticas de transferência de renda no Brasil, particularmente o Programa Bolsa Família – PBF. No Piemonte da Diamantina, dados de outubro de 2013 indicam que 38,3 mil famílias eram beneficiárias da iniciativa nos dez municípios que integravam o Território de Identidade. O valor total repassado aos beneficiários, até outubro, superava os R\$ 65,1 milhões.

## **MERCADO DE TRABALHO**

A ampliação no número de empregos formais no Território Piemonte da Diamantina também é um fator que contribuiu para a redução da pobreza no território. O número de postos de trabalho se ampliou de 9 mil para 18,6 mil entre os anos de 2001 e 2011. Parte do impacto, no entanto, se deve à Administração Pública, que ampliou o número de empregos de 4,6mil para 8,2 mil no intervalo. Setores como Comércio e Serviços, embora tenham gerado empregos, tem influência mais modesta no Mercado de Trabalho: no Comércio, os empregos passaram de 1,7 mil para 4,4 mil. Já no setor de Serviços, a variação foi de 1,4 mil para 2,4 mil empregos. A quantidade de empregos formais, no entanto, é limitada quando se considera o volume de trabalhadores sem carteira assinada: 29,1 mil pessoas estão nessa condição, com remuneração abaixo da renda do setor formal, conforme dados do Censo 2010 do IBGE.

## **ÁGUA E SANEAMENTO**

O número de domicílios interligados à rede geral de esgoto se ampliou no Território Piemonte da Diamantina em uma década: eram 10,5 mil em 2000 e passaram a 17,4 mil dez anos depois. Os desafios em relação ao tema no território, no entanto, ainda persistem: mais de 35,4 mil domicílios utilizam fossas rudimentares para o descarte de resíduos. O acesso à rede geral de distribuição de água também melhorou: eram 35,7 mil domicílios atendidos em 2000, passando para 53,9 mil no levantamento realizado em 2010. Apesar dos avanços, mais de 15,1 mil domicílios ainda recorrem

a outras formas de abastecimento, a exemplo de nascentes, poços, rios, açudes ou lagos.

### **1.3 Desenvolvimento Sustentável no Território**

#### **DIMENSÃO SOCIO ECONÔMICA**

Esta dimensão busca a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioproductiva.

#### **TURISMO**

O potencial turístico do TI Piemonte da Diamantina em função de todo o seu histórico e conjunto de atrativos culturais e naturais é enorme. Mas, o uso deliberado e estruturado de forma a explorar este potencial em benefício do desenvolvimento socioeconômico da região ainda precisa de um extenso planejamento, que articule os municípios e suas riquezas em um projeto comum, que produza sinergia e seja suficientemente robusto para assumir uma posição de destaque no cenário baiano e nacional. Entretanto, a falta de tratamento adequado aos patrimônios públicos expõe as comunidades da região à apropriação indevida de suas riquezas, além disso, o desconhecimento e desvalorização destes elementos patrimoniais levam a um comportamento depredador pela população, que precisa de um processo reflexivo e educador no sentido de assegurar o uso sustentável de suas riquezas.

Neste sentido, o investimento sistemático em projetos estruturantes é fundamental para assegurar um desenvolvimento sustentável do Território. O fortalecimento da identidade territorial e da autoestima de sua população são metas relevantes aos projetos socioambientais regionais.

Considerando-se a importância do patrimônio para o desenvolvimento desta cadeia produtiva, reafirma-se a importância de ações e projetos com uma relevante contribuição para o reconhecimento, resgate e valorização dos patrimônios materiais, imateriais e ambientais do Piemonte da Diamantina, fortalecendo aspectos para o turismo ecológico, religioso, histórico e de eventos, inclusive empresariais e de negócios.

## **DESENVOLVIMENTO RURAL**

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de mandioca, feijão e milho, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12.

O cultivo de feijão e milho é realizado sem grande mecanização e insumos muito modernos. O manejo do solo, por sua vez é realizado com técnicas de médio nível tecnológico.

O cultivo de mandioca é realizado de forma elementar e como produção para subsistência. Este arranjo não configura uma atividade especializada. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico.

Com relação as culturas extrativistas no Território merecem destaque a do coco babaçu, ouricuri, e a de frutíferas, em especial a do maracujá e umbu.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nesta região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a Produção Pecuária Municipal - PPM, exibe 242,5 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Jacobina e Miguel Calmon destacam-se por concentrar em torno de 51% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Caém aparece como o menos expressivo, com 6.023 cabeças. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo na maioria dos municípios do território, com destaque para o município de Jacobina, que concentra 30% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Jacobina, Miguel Calmon e Saúde que juntos concentram mais de 63% do total de equinos no TI. Não se observa criação de bubalinos em nenhum município do TI. No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (498,2 mil cabeças), e Jacobina indica a maior expressividade neste arranjo. As criações de caprinos (164,8 mil cabeças) e ovinos (96,7 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para Jacobina e Ourolândia, com 44% e 41% do total dos rebanhos da macrorregião nestes segmentos, respectivamente. A criação de suínos também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 43.408 animais.

Das demandas da população residente no TI Piemonte da Diamantina, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado, com ênfase nas agroindústrias (casas de farinha, laticínios, casas do mel e beneficiamento de frutas e alho). Pode-se citar ainda o desejo imprescindível pela assistência técnica e extensão rural na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais, como o Mercado do Produtor, e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos.

Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste a realidade do zoneamento da produção desta cultura para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

## **DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

Na atualidade, a região é alvo de investimentos da indústria de energia eólica e, embora esta atividade manifeste-se como aparentemente de baixo impacto, a forma como essa atividade irá transformar a região dependerá da organização social de sua população, de sua articulação e preparo para defender o desenvolvimento que os seus habitantes elegerem para si.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Piemonte da Diamantina apresenta um total de 111 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Jacobina e Ouro-lândia. A partir desse mapeamento, metade das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, principalmente nos municípios de Jacobina. Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (43%) e o setor de fabricação de móveis e produtos de madeira (27%). As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 14% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Jacobina (10). As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 40% do total de indústrias existentes no TI Piemonte da Diamantina, estando mais centralizada em Ouro-lândia (18) e Jacobina (17). Cerca de metade dos empreendimentos deste grupo estão voltados para a extração de pedra, areia e argila. Enquanto a outra metade é representada principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico e de minerais não metálicos, destacando-se o município de Serrolândia com a fabricação de bolsas, e Jacobina e Ouro-lândia como artesanato mineral.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A Economia Solidária no TI Piemonte da Diamantina se expressa em organização e sensibilização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e pró-ativa dos consumidores sobre qualidade de vida, segurança alimentar e nutricional, interação e proteção ao meio ambiente e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica. Apresenta-se ainda com uma

série de fragilidades, em especial na comercialização de seus produtos. Destacam-se no Território iniciativas da Agricultura Familiar, com ênfase na produção e comercialização de alimentos, por meio de Feiras Agroecológicas. São observados, ainda, no Território empreendimentos solidários a exemplo de cooperativas de artesanato, comercialização de derivados de leite, extração mineral, e de catadores de materiais recicláveis.

#### **Quadro 1 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica**

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de produção insustentável com base no uso de energia de alto custo para a produção agrícola;</li> <li>- Ausência e/ou ineficiência de política de Ater pública, gratuita e continuada, com redução de técnicos nas instituições executoras, tendo como uma de suas consequências o uso ineficiente do crédito rural;</li> <li>- Precariedade no processamento e beneficiamento do mel;</li> <li>- Problemas gerais de comercialização da produção da agricultura familiar com forte presença dos atravessadores, deficiência ou ausência de logística para realização de feiras e dificuldades de escoamento da produção;</li> <li>- Precariedade dos espaços de comercialização para a agricultura no território;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em determinadas áreas, reservas hídricas abundantes com rios perenizados, águas subterrâneas (poços tubulares) e áreas favoráveis à fruticultura irrigada, à horticultura e ao cultivo de vazantes;</li> <li>- Fertilidade dos solos;</li> <li>- Reservas minerais abundantes com bastante diversidade, viabilizando a possibilidade de produção de artesanato mineral e a geração de emprego e renda nos empreendimentos de exploração;</li> <li>- Existência de iniciativas de produção sustentável e agroecológicas, como: quintais produtivos, agroindústrias (casas do mel, casas de farinha, beneficiamento de frutas e alho, beneficiamento de ouricuri e coco babaçu);</li> <li>- Presença das cadeias produtivas da bovinocultura, da ovino/caprinocultura e apicultura;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de espaços para estoque de mantimentos da Conab para época de estiagem;</li> <li>- Baixo nível de organização dos agricultores familiares tanto no âmbito da produção, beneficiamento quanto da comercialização, acentuada pelo descrédito no associativismo e cooperativismo;</li> <li>- Dificuldade financeira de pequenos agropecuaristas familiares para aquisição de insumos e vacinas;</li> <li>- Dificuldade para emissão de licenças e autorizações dos processos produtivos para comercialização;</li> <li>- Extinção de programas do governo federal voltados a garantia da segurança alimentar, acesso água e apoio a agricultura familiar (Pronaf, Plano Safra, Proinf, Pac I e II) e outros programas como o Luz para Todos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanços nas atividades pecuárias como a melhoria do padrão genético na bovinocultura e ampliação da criação de galinhas caipiras e aves em geral;</li> <li>- Os patrimônios materiais, imateriais e ambientais e equipamentos sociais e culturais existentes no Território favorecem a prática do ecoturismo, do turismo rural e turismo de eventos;</li> <li>- Presença de cooperativas e associações comunitárias;</li> <li>- Presença de órgãos públicos e organizações não governamentais executoras de Ater;</li> <li>- Presença de Frigorífico para abate de animais;</li> <li>- O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) “Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar”.</li> <li>b) “Garantir a democratização do acesso a água para uso humano e produtivo de forma racional” (Fonte: PPA).</li> </ul> </li> </ul>
--	--

## **DIMENSÃO AMBIENTAL**

Consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente do território e seu bioma, assim como a identificação dos passivos ambientais em busca da sustentabilidade.

## **Qualidade ambiental**

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Piemonte da Diamantina apresentam-se resultados de quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Itapicuru-Açu, do Ouro e Salitre), exceto em um ponto em Jacobina (rio Itapicuru-Mirim), com condição crítica. Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando uma condição crítica também para o mesmo ponto de Jacobina mencionado no IQA.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Jacobina e Miguel Calmon. Esses municípios detêm ainda os maiores percentuais de não atendimento. Para a qualidade do ar, o TI Piemonte da Diamantina tem como destaque o município de Jacobina com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, não constam registros oficiais, apesar das reclamações verbais de moradores próximos a indústrias de beneficiamento de café, padarias, cerâmicas e mineradoras. Por fim, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de concessão de lavra para ametista, barita calcário, esmeralda, manganês, mármore, minério de ouro e ouro, quartzito e quartzo. Há também mineradora em fase de lavra garimpeira de esmeralda.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição, exceto a sede de Jacobina, que possui aterro controlado.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, cobertura vegetal e fauna, configura-se como um problema grave no Território, repetindo-se insistentemente nos períodos mais secos do ano, compreendendo áreas serranas de proteção integral e difícil acesso ao combate, sendo necessário na maioria das vezes uso de aeronaves.

Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 35% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 64% do território. A vegetação remanescente representa em torno de 42% da área do TI Piemonte da Diamantina.

## **Demandas**

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a criação de uma brigada de incêndio e de unidades de conservação, com implementação do plano de manejo das existentes e a implantação de uma unidade regional do Inema são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI.

## **Quadro 2 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental**

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de produção insustentável com base na prática indiscriminada de queimadas e uso de agrotóxicos, para a produção agropecuária, e práticas de cultivo e criação que levam a graves problemas ambientais como erosão e índice crescente de desertificação no território;</li> <li>- Em determinadas áreas, reservas hídricas escassas com rios intermitentes e áreas desfavoráveis à produção agrícola;</li> <li>- Assoreamento dos rios e açudes, desmatamento, destruição de matas ciliares e nascentes;</li> <li>- Incipiência de estudos de águas subterrâneas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade de riquezas naturais hídricas e minerais em determinadas áreas;</li> <li>- Existência de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Território;</li> <li>- Presença de Comitês de Bacias Hidrográficas e Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente;</li> <li>- Atores sociais sensibilizados para a importância da implantação de novas práticas que visam a redução do lixo.</li> <li>- Experiências exitosas de comercialização de materiais recicláveis.</li> <li>- Existência de aterro controlado de lixo na sede do município de Jacobina;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença de animais e vegetais na lista de possibilidade de extinção;</li> <li>- Ocupação desordenada de áreas de proteção permanente;</li> <li>- Destinação inadequada de resíduos sólidos em todas as cidades do Território;</li> <li>- Fragilidade do Inema nos processos de fiscalização e instrumentos da política estadual de recursos hídricos;</li> <li>- Poucas áreas protegidas por instrumentos legais (UC);</li> <li>- Inexistência ou insuficiência de Brigadas de Incêndios florestais e urbanas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de 03 UCs de proteção integral;</li> </ul>
---	--

## **DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL**

Procura identificar e resgatar a história da formação do território e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento do território. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade do território.

## **COMUNIDADES TRADICIONAIS**

### **Localização dos povos e comunidades tradicionais no TIPD**

#### **A) Povos Indígenas**

Existem municípios no território com presença indígena, no meio rural como urbano, porém não estão com suas terras demarcadas, a exemplo de Jacobina, onde vivem famílias da etnia Kiriri em zonas periféricas da cidade.

**Tabela 4: População autodeclarada indígena por situação do domicílio, segundo os municípios do Território**

Município	Total	Urbana	Rural
Caém	12	7	5
Jacobina	334	287	47
Miguel Calmon	12	10	2
Mirangaba	10	2	8
Ourolândia	74	33	41
Saúde	6	6	0
Serrolândia	13	13	0
Umburanas	3	1	2
Várzea Nova	20	16	4
<b>Total</b>	<b>484</b>	<b>375</b>	<b>109</b>

Fonte: Brasil – IBGE (2010), adaptado por Markus Breuss em 2016.

## **B) Comunidades Remanescentes de Quilombos**

As comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) reconhecidas e certificadas e as CRQs em processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e seus respectivos municípios, que fazem parte do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina (TIPD), baseado em dados da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (2013) e da Fundação Cultura Palmares (2016), são os seguintes:

**Tabela 5: Comunidades remanescentes de quilombos no TIPD por município.**

Nº Municípios	Nº Comunidades Quilombolas
1 Caém	1 Bom Jardim 2 Monteiro 3 Pau Seco 4 Várzea Queimada
2 Jacobina	5 Bananeira 6 Baraúnas de Dentro 7 Lages do Batata 8 Lázaro de Timbó 9 Barrocão Velho*

	10 Campestre* 11 Corea* 12 Lagoa do Timbó* 13 Malhadinha de Dentro*
3 Miguel Calmon	14 Saco 15 Covas/Mucambo dos Negros
4 Mirangaba	16 Almeida 17 Coqueiros 18 Dionísia 19 Jatobá 20 Nuguaçu 21 Olhos D' Água 22 Palmeira 23 Ponto Alegre 24 Santa Cruz 25 Solidade 26 Sambaíba*
5 Ourolândia	27 Novo Achado*
6 Saúde	28 Grota das Oliveiras*
7 Várzea Nova	29 Mulungú
<b>Total – 7</b>	<b>Total – 29</b>

\*Em processo de reconhecimento

Fonte: BAHIA – SEPROMI: Mapeamento das Comunidades Quilombolas do Estado da Bahia. Salvador/BA, 2013. BRASIL – MinC/FCP: Comunidades CRQ certificadas e CRQ em processo de reconhecimento, [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551) (encontrado 29/07/2016).

No total, no TIPD, as CRQs reconhecidas e certificadas e as CRQs em processo de reconhecimento, somam 29 comunidades.

### C) Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto

No TIPD observe-se apenas a existência de uma (01) comunidade tradicional de Fundo de Pasto, de acordo dados disponibilizados pela SEPROMI.

**Tabela 6: Comunidades tradicionais de Fundo de Pasto no TIPD por município:**

<b>Nº Municípios</b>	<b>Nº Comunidades Quilombolas</b>
1 Umburanas	1 Várzea de Dentro
<b>Total – 1</b>	<b>Total – 1</b>

#### **D) Comunidades da Cultura Cigana**

No território observa-se a presença de comunidades tradicionais de povos ciganos de várias etnias, as quais se organizam em grupos familiares extensos. Ainda não existem dados oficiais sobre a população cigana no TIPD, mas, de acordo a SEPROMI (2016), os dados estão sendo levantados. O fato que o povo cigano possui características seminômades dificulta o levantamento da população por município, porque os números se alteram de acordo os deslocamentos. Entre as diferentes etnicidades encontradas no TIPD pode se destacar os grupos dos Roma, Calderara, Sintis e Calon, com as famílias Dourado, Vás e Gama. O grupo dos Calon tem o maior tempo de presença no território, desde a época dos bandeirantes, quando o cigano João Torres acompanhava as caravanas para o interior do continente. No TIPD, observa-se uma maior presença de comunidades da cultura cigana nos municípios de Miguel Calmon, Jacobina, Caém e Saúde.

#### **JUVENTUDE**

A Câmara Temática da Juventude presente na articulação deste PTDSS tem sua formação embasada na articulação democrática, não obstante, espelha a luta pela efetivação de direitos, nesse sentido, as iniciativas coletivas com bases no auto reconhecimento do jovem como sujeito de direitos são os precedentes da base para a efetivação e também criação de políticas públicas advindas de garantias já previstas na Lei.

O Estatuto Nacional da Juventude define como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos e estabelece especificidades em bases e normativas já previstas pela Constituição Federal, nesse sentido foram elencados eixos temáticos como objetivos a serem desenvolvidos como escopo no pensamento estratégico, definindo assim, propostas e metas para embasar a consulta na construção das políticas públicas.

No sentido da temática do Plano Territorial o Estatuto aponta o Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente convergindo assim para o alcance de melhor qualidade de vida por meio da Educação Ambiental para os jovens, cabendo ao Estado a promoção do desenvolvimento de uma nova cultura, tanto no meio urbano como na zona rural.

A construção do conteúdo da Temática da Juventude se deu por meio de escutas e diálogos promovidos em Encontros locais e Conferências Rurais da Juventude. A metodologia viabilizou o alcance das perspectivas de construção no âmbito dos municípios que compõem o Território de Identidade Piemonte da Diamantina. Na definição das prioridades foram elaboradas propostas em dez eixos de sustentação das principais temáticas, dentre os direitos: à diversidade e à igualdade; desporto e ao lazer; comunicação e liberdade de expressão; cultura; direito ao território e mobilidade; segurança pública e acesso à justiça; direito à cidadania, participação social e política à representação juvenil; direito à profissionalização, trabalho e renda; direito à saúde e educação.

## **MULHERES**

O TIPD possui organização civil ativa no que tange aos direitos das mulheres e luta contra violência de gênero, a exemplo do Movimento de Mulheres de Jacobina (MMJ), fundado no dia 27 de dezembro de 1981, e a Central de Mulheres (Cemu). Estes movimentos têm atuado nos últimos anos junto à sociedade civil e aos de representação política com intuito de consolidar as políticas públicas para esse setor. Dentre as demandas feitas, particularmente para coibir a violência contra a mulher no TIPD está a implantação da Delegacia da Mulher, solicitada junto ao governo estadual desde 2007, mas ainda não instalada. Contudo, em 2017, fruto dessa luta da sociedade civil, esta demanda foi parcialmente atendida pela parceria entre Estado e o município de Jacobina para a implantação do Centro de Referência em Atendimento à Mulher (Cram), o 31º no estado da Bahia – Cram Mariene Soares.

Outro ponto de apoio na construção de uma Rede de Atenção à mulher e no combate à violência de gênero, particularmente a violência obstétrica, é o Programa Rede Cegonha. Desde outubro de 2012, a portaria 2448 de 26 de do Ministério da

Saúde, selecionou Jacobina, dentre outros municípios como Miguel Calmon, para recepção de recursos destinados ao custeio de centros de parto normal, casa da gestante, bebê e puérpera, com o intuito de ofertar serviço humanizado e reduzir os indicadores de óbito infantil e materno.

Considerando esses avanços, é preciso que o poder público, junto com a sociedade civil, trace planos para atender às demandas de:

1. Prevenção: por meio da conscientização e combate da violência de gênero e seu amplo espectro (violência física, psicológica, patrimonial e/ou sexual) por meio de ações articuladas nos diversos âmbitos (campanhas junto ao público) e melhor qualificação e treinamento dos profissionais que atuam nas frentes de combate à violência;
2. Responsabilização dos agressores pelo fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento e aplicação da legislação específica como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, como a implantação da delegacia da mulher;
3. Escuta ativa da sociedade civil para acompanhamento e avaliação dos serviços ofertados na Rede de apoio à mulher em constituição, de modo a consolidá-los e implantar novas frentes.

## **ESPORTE E LAZER**

Com características bem peculiares, o TIPD destaca-se no cenário nacional para a prática do voo livre, já que dispõe de uma boa infraestrutura para a prática deste esporte, além das condições meteorológicas. O futebol consiste também em uma das opções de entretenimento e lazer no Território, já que os municípios dispõem de diversos campeonatos amadores, além da existência de um clube profissional no município de Jacobina, o Jacobina Esporte Clube. Merecem destaque no Território competições de atletismo, com corridas de ruas e rurais, além de práticas de esportes de aventura como o rapel em cachoeiras, escalada, montanhismo, trilhas, motocross, enduros, ciclismo, dentre outros, além de encontros de motociclistas e desportistas em geral. A deficiência se dá pela incipiência de competições desportivas com abrangência Territorial, e em alguns municípios a precariedade e/ou inexistência de

espaços físicos para a prática de esportes, como: piscinas públicas, pistas de atletismo, campos gramados de futebol, pistas de skate, dentre outros.

## **INFRA ESTRUTURA**

Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a construção de aeroporto para voos comerciais; ampliação dos serviços de telefonia móvel e banda larga; melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais; ampliação do acesso à energia elétrica e ao saneamento ambiental; construção de ciclovias; ampliação do acesso a água, inclusive para os processos produtivos.

## **SAÚDE**

O modelo de Atenção à Saúde do TIPD, se expressa através de um conjunto de atividades de atenção, promoção e recuperação à saúde, desenvolvidos a partir dos domicílios pelos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias, articulados a uma rede de serviços, hierarquizada, por Unidades Básicas de Saúde tradicionais, Unidades da Estratégia Saúde da Família, Centro de Atenção Psicossocial, Núcleos de Apoio à Saúde da Família, Centro de Especialidades Odontológicas, Samu, Unidade de Pronto Atendimento e Unidades Hospitalares. Apesar do avanço na cobertura em saúde nos últimos anos, o Território ainda se encontra numa posição desfavorável quando comparado a outros Territórios, perfazendo segundo a opinião pública um eixo prioritário para os anseios de resolução perante ao Estado.

### **Quadro 4 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional**

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<b>Saúde</b> - Inexistência, insuficiência e precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do	<b>Saúde</b> - Existência de políticas públicas importantes como o SUS, Brasil

<p>território, tais como centros de tratamento específicos (zoonoses), hospitais de níveis secundários e terciários, unidades de saúde rurais, equipamentos sociais (CREAS, CAPs, CEO, NASF, CEREST) em municípios de pequeno porte, e aterros sanitários;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de leitos de UTI no Território;</li> <li>- Dificuldade nos processos de regulação para os serviços de média e alta complexidade;</li> <li>- Inexistência ou ineficiência de regulação para serviços especializados;</li> <li>- Deficiência, insuficiência, precarização e falta de qualidade na prestação de serviços à população do território nas áreas social, de saúde e saneamento;</li> <li>- Deficiência, insuficiência e rotatividade de profissionais devido à precarização do vínculo;</li> </ul> <p><b>Educação e Cultura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de cursos de nível superior nas instituições públicas, nas áreas prioritárias para o Território (saúde, agrícola, turismo, empreendedorismo, arqueologia, arquivologia e biblioteconomia, dentre outras);</li> <li>- Insuficiência e/ou precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território,</li> </ul>	<p>Sorridente, Programa Saúde da Família, UPA, SAMU e Programa de Cisternas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As políticas de saúde no território são compatíveis com o sistema SUS, existem Conselhos de Saúde, projetos específicos de promoção da saúde e política de saúde mental;</li> <li>- O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) “Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária”.</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Educação e Cultura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência e avanços nas políticas públicas educacionais como PNDE, FNDE, Caminho da Escola, Brasil Alfabetizado, Regulamentação do Piso Nacional dos Professores de ensino médio e PRONERA;</li> <li>- Melhoria dos indicadores do IDEB nos municípios do território;</li> <li>- A diversidade cultural do território;</li> <li>- Presença de Universidades, Instituto e Escolas Públicas e Privadas no Território;</li> <li>- O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos</li> </ul>
--	--

tais como bibliotecas públicas, centros culturais, teatros, salas de multimeios, arquivos públicos, academias da saúde, laboratórios de ciência e informática, escolas do campo e transporte escolar.

- Insuficiência de profissionais de educação, em especial ao de coordenadores pedagógicos nas escolas estaduais;
- Insuficiência do número de escolas urbanas e rurais de tempo integral;
- Falta de qualidade na prestação de serviços à população do território nas áreas de educação e cultura, que se refletem em problemas de evasão escolar alta, reduzido número de matrículas de educação infantil, drogas e violência nas escolas;
- Falta de Qualificação dos gestores públicos sobre a política de desenvolvimento territorial;
- Enfraquecimento e ou inexistência de conselhos municipais de educação;
- Falta de profissionais para interdisciplinaridade escolar;
- Rotatividade de profissionais da educação, falta de qualificação e capacitação de gestores de cultura;
- Inexistência de repasses fundo a fundo na política cultural.

#### **Segurança Pública**

- Alto índice de homicídios no Território;

estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão:

- a) “Consolidar uma educação contextualizada inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar”.

#### **Segurança Pública**

- O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão:
  - a) “Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo”.

#### **Juventude**

- Experiências exitosas de Boas Práticas (Rede Territorial da Juventude do TIPD);
- Presença de jovens empoderados socialmente;
- Existência de Câmara Temática de Juventude no Codeter-TIPD

#### **Mulheres**

- Existência de grupos e movimentos de mulheres no TI;
- Realização de eventos voltados para as mulheres em todo o território;
- Existência da Rede de Mulheres no TI;

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deficiência de contingente, equipamentos e capacitações das polícias militar e civil;</li> <li>- Ausência de políticas de ressocialização de detentos;</li> <li>- Ineficiência de políticas de proteção a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência;</li> <li>- Ausência de Corpo de Bombeiros no Território.</li> </ul> <p><b>Juventude</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de políticas de primeiro emprego para jovens;</li> <li>- Insuficiência de opções de entretenimento, cultura e esporte para jovens.</li> </ul> <p><b>Mulheres</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de políticas públicas para Mulheres</li> </ul> <p><b>Idosos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de políticas de proteção aos direitos dos idosos;</li> <li>- Insuficiência de abrigos de idosos.</li> <li>- Fragilidade dos órgãos de assistência aos idosos no convívio familiar</li> </ul> <p><b>Comunidades Tradicionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Invisibilidade dos povos ciganos na educação escolar</li> </ul>	<p><b>Idosos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Riqueza de conhecimento e disponibilidade de mão de obra</li> </ul> <p><b>Comunidades Tradicionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de comunidades tradicionais reconhecidas e em processo de reconhecimento no TI;</li> <li>- Existência da Rede Quilombola da Chapada Norte</li> <li>- Presença de representantes de comunidades tradicionais no poder legislativo em alguns municípios do TI</li> </ul> <p><b>Inclusão Social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência e capacidade criativa dos deficientes</li> </ul> <p><b>Esporte e Lazer</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potencial para a prática de esportes de aventura (rapel, escalada, voo livre, motocross, ciclismo, corridas de aventura, enduro, dentre outros);</li> <li>- Existência de time de futebol profissional (Jacobina Esporte Clube);</li> <li>- Existência de eventos esportivos de alta performance (atletismo, motocross, enduro de regularidade, voo livre, futebol);</li> <li>- Existência de diversas modalidades esportivas amadoras em todo o Território;</li> </ul>
---	---

<p><b>Inclusão Social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de políticas públicas para deficientes</li> </ul> <p><b>Esporte e Lazer</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de locais para prática de determinados esportes (natação, atletismo de pista, skate, esportes olímpicos, etc.)</li> </ul>	
---	--

## **DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL**

Apesar do avanço nas relações intermunicipais, ainda há muito o que se percorrer e avançar nas resoluções consorciadas para o Território.

### **Quadro 5 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional**

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixo índice de articulação entre os níveis federal, estadual e municipais, na gestão das políticas públicas;</li> <li>- Baixa participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial;</li> <li>- Fragilidade de algumas instituições públicas resultando em baixo nível de envolvimento no acompanhamento de projetos territoriais;</li> <li>- Insuficiente empoderamento da sociedade civil para participação no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Funcionamento e fortalecimento das instâncias do Colegiado Territorial, Núcleo Diretivo incluindo a estruturação das Câmaras Temáticas de Comunidades Tradicionais, Juventude, Mulheres, Meio Ambiente e Turismo, Desenvolvimento Rural e Economia Solidária, Cultura, Infraestrutura, Educação e Saúde;</li> <li>- Fortalecimento de órgãos e instâncias colegiadas com atuação no TIPD, como: Conselho Gestor do Parque Estadual</li> </ul>

<p>Codeter TIPD e na gestão social dos projetos e ações no território;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de envolvimento das equipes técnicas locais na elaboração de projetos de amplitude territorial;</li> <li>- Falta de assessores técnicos contratados;</li> <li>- Insuficiente capacidade institucional instalada no território para a gestão de políticas públicas (Consórcios públicos, Associação de Prefeitos, etc.);</li> <li>- Falta de institucionalização de algumas Câmaras Temáticas no Codeter TIPD, como: Segurança Pública;</li> <li>- Falta de compromisso e participação efetiva de alguns membros e Câmaras Temáticas do Codeter TIPD.;</li> <li>- Ausência de ações na implementação da Política de Convivência com o Semiárido</li> </ul>	<p>Sete Passagens, Comitês de Bacias, Conselhos Municipais, dentre outros;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação do SETAF TIPD – Contratos com as Entidades através do Pró Semiárido;</li> <li>- Realização do PPA 2016-2019;</li> <li>- Espaço de articulação de interesses e políticas públicas com amadurecimento do Grupo Gestor;</li> <li>- PTDSS TIPD elaborado com representatividade de seus atores;</li> <li>- Presença de órgãos públicos, Universidade e Instituto públicos no TIPD;</li> <li>- Existência de CMDS;</li> <li>- Acompanhamento e atuação do CEDETER, CET, SEPLAN, SETAF, CAR, Bahiater, SEBRAE;</li> <li>- Realização de políticas públicas no TIPD por meio de editais e chamadas públicas (cultura e desenvolvimento rural).</li> </ul>
---	--

## Capítulo 2. Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

### Quadro 2.1. Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Recuperar e proteger áreas degradadas, em especial nascentes, matas ciliares e APPs no bioma caatinga e resquício de mata atlântica.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar campanhas educativas sobre a atual realidade e necessidade;</li> <li>- Fiscalizar efetivamente por meio dos órgãos ambientais competentes;</li> <li>- Aumentar a rigidez na elaboração e cumprimento das condicionantes nos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzir em 50% do desmatamento ilegal em 5 anos;</li> <li>- Implantar 01 escritório regional do Inema no Território até 2019;</li> <li>- Realizar estudo de área desmatada no TIPD até 2020;</li> </ul>

	processos de licenciamento; - Viabilizar editais públicos para iniciativas privadas; - Revegetar o bioma caatinga e mata atlântica; - Implementar políticas estaduais de educação ambiental e pagamentos de serviços ambientais; - Realizar cooperação técnica entre Estado, municípios, entidades afins para efetivação do CEFIR; - Realizar chamadas públicas para entidades privadas para efetivação do CEFIR.	- Revegetar 10% da área desmatada em 5 anos; - Concluir CEFIR até 2019.
Criar e incentivar mecanismos de proteção de áreas sensíveis com a criação de UCs nas bacias dos Rios Itapicuru e Salitre.	- Viabilizar editais para iniciativas privadas e públicas municipais; - Incentivar a efetivação de PPP para a criação de UCs, em especial as RPPNs; - Realizar estudos para listar espécies em risco de extinção no Território; - Realizar estudos para áreas prioritárias e viáveis para conservação; - Realizar Fóruns e Seminários sobre UCs.	- Criar no mínimo uma (01) UC de proteção integral de domínio estadual no TIPD até 2019;
Fomentar a criação de Brigadas de Incêndios Florestais.	- Realizar capacitações para brigadistas voluntários; - Doar equipamentos a Brigadas Voluntárias; - Criar e institucionalizar Brigada Territorial do Piemonte da Diamantina; - Criar legislação estadual que regule as Brigadas de Incêndio; - Ampliar Programa PrevFogo no TIPD; - Intensificar Campanhas Educativas de Combate a incêndio	- Criar no mínimo uma (01) Brigada de Incêndio Florestal no TIPD com no mínimo 30 brigadistas até 2018.

Implementar Plano de Manejo do Parque Estadual das Sete Passagens (PESP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Destinar recursos da Câmara de Compensação Ambiental para o PESP;</li> <li>- Capacitar membros do Conselho Gestor de UCs;</li> <li>- Realizar estudos técnicos para delimitações e especificidades da zona de amortecimento – ZA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualizar e implementar Plano de Manejo do PESP até 2019.</li> </ul>
Fomentar a cadeia produtiva do turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cadastro dos serviços de turismo;</li> <li>- Atualizar mapeamento e geo-referenciamento dos atrativos turísticos do Território;</li> <li>- Fortalecer turismo de aventura, religioso, cultural, rural, de empreendedorismo e eventos, com ênfase nas de base comunitária;</li> <li>- Viabilizar editais para iniciativas privadas e públicas municipais;</li> <li>- Incentivar a efetivação de PPP para a criação de empreendimentos turísticos, priorizando os de iniciativas solidárias e comunitárias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar (01) Memorial Piemonte da Diamantina/Museu Regional em Jacobina até 2019;</li> <li>- Criar cursos de nível superior e/ou técnicos nas áreas afins ao turismo (arqueologia, museologia, turismo, etc) até 2021;</li> <li>- Tombar e/ou reconstruir Igreja de São Miguel das Figuras até 2022;</li> <li>- Criar Núcleo Territorial do Instituto Estrada Real da Bahia até 2019;</li> <li>- Realizar 01 plano executivo de desenvolvimento turístico até 2018.</li> </ul>
Apoiar a cadeia produtiva da pecuária de leite e corte (Bovino, Caprino e Ovino).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – gratuitos e periódicos;</li> <li>- Agir no melhoramento genético, por meio de parcerias institucionais e governamentais;</li> <li>- Efetivar PPP e públicas entre Estado e municípios para a adequação de matadouros municipais para abate de animais de pequeno porte;</li> <li>- Incentivar o associativismo e cooperativismo;</li> <li>- Viabilizar editais para iniciativas privadas e públicas municipais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratar no mínimo 20 entidades para prestar assistência técnica e extensão rural para 6413 famílias de agricultores até 2020;</li> <li>- Formar continuamente 60 técnicos para Ater até 2018;</li> <li>- Construir no mínimo 01 frigorífico para abate de animais de pequeno porte até 2019;</li> <li>- Aumentar de imediato em 30% as linhas de crédito rural;</li> <li>- Implantar 15 pontos de coleta de leite (in natura) com resfriador no TI até 2019;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prover suporte técnico e financeiro para a criação de Sistemas de Inspeções Municipais, Territorial e/ou Estadual para produtos de origem animal;</li> <li>- Incentivar a realização de feiras e exposições agropecuárias;</li> <li>- Desburocratizar selos de inspeção municipal e estadual, inclusive prestando assessoria técnica a produtores;</li> <li>- Disponibilizar linhas de crédito para mecanização no campo (ordenhadeira, kits de irrigação, forrageira, etc).</li> </ul>	
<p>Apoiar todas as cadeias produtivas agrícolas priorizando a agricultura familiar, fomentando os sistemas produtivos sustentáveis e transição agroecológica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para a agricultura familiar;</li> <li>- Agir no melhoramento genético, por meio de parcerias institucionais e governamentais;</li> <li>- Efetivar PPP e públicas entre Estado e municípios para a adequação de centros de abastecimento e feiras territoriais e municipais, com ênfase nas feiras orgânicas e de iniciativas familiares e solidárias;</li> <li>- Realizar estudos e pesquisas agropecuárias no Território;</li> <li>- Aumentar agroindústrias no TI, com ênfase nas Casas de Mel, Beneficiamento de Mandioca, Frutas e Cadeias extrativistas (babaçu, umbu, maracujá);</li> <li>- Mecanizar agroindústrias;</li> <li>- Viabilizar editais para iniciativas privadas e públicas municipais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar Centro Territorial de Tecnologias e Práticas para Convivência com o Semiárido;</li> <li>- Criar 02 cursos de nível superior e 02 técnicos na área agrícola e animal até 2021;</li> <li>- Criar no mínimo uma (01) Feira Agroecológica em cada um dos nove municípios do TIPD até 2018;</li> <li>- Realizar 01 estudo técnico de Zoneamento Agrícola do TIPD, aliado ao CFIR até 2019;</li> <li>- Construir Mercado do Produtor até 2018;</li> <li>- Aderir 70% dos agricultores ao Programa Garantia Safra;</li> <li>- Ampliar em 30% o número de agroindústrias até 2020;</li> <li>- Ampliar em 30% os recursos do Programa RENIVA até 2020;</li> <li>- Ampliar em 20% ao ano os recursos do Prosemiárido;</li> <li>- Aumentar de imediato em 30% as linhas de crédito.</li> </ul>

	- Promover a adesão dos municípios e de agricultores familiares ao programa Garantia Safra	
- Implantar projetos comunitários para geração de ocupação e renda, com ênfase na economia criativa e solidária.	- Criar programa de inclusão produtiva, formação cidadã e capacitação na geração de renda da juventude rural, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária e mulheres; - Incentivar ao associativismo e cooperativismo; - Viabilizar de editais para iniciativas privadas e públicas municipais;	- Implantar (01) Centro de Economia Solidária – CESOL no Território até 2019;
- Promover o trabalho decente na geração de mais e melhores empregos, considerando as diretrizes da Agenda Bahia do Trabalho Decente.	- Incentivar a formação de empresas e cooperativas; - Aumentar da fiscalização ao trabalho infantil; - Fortalecer o Sistema “S”,	- Regularizar cooperativas de exploração mineral do TIPD até 2018; - Implantar o Sistema Integrador Estadual de Registro Mercantil em Jacobina até 2018; - Realizar 01 Evento anual, a exemplo da FEBAN, com abrangência territorial com ênfase dos empreendimentos comunitários e solidários; - Construir Centro de Convenções no território até 2022;

**Quadro 2.2 – Eixo Governança Fundiária e Acesso à Terra**

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
- Ampliar os Programas de Regularização Fundiária.	- Regularizar fundiariamente os povos e comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária; - Regularizar fundiariamente a entrega de títulos de propriedades rurais e urbanas; - Realizar assentamentos de famílias de trabalhadores rurais;	- Regularizar 02 assentamentos rurais até 2019; - Entregar 1328 títulos de propriedade rural até 2019; - Efetivar de Termo de Cooperação Técnica e Jurídica entre o Estado e os 09 municípios do TIPD para

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar apoio técnico e jurídico do Estado para processos de regularização fundiária municipais;</li> <li>- Realizar capacitações sobre o Direito à Terra.</li> </ul>	regularizações fundiárias urbanas e rurais até 2018.
--	---	--

### Quadro 2.3. Eixo Formação Cidadã e Organização Social

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
- Prover infraestrutura e suprimentos adequados na rede de escolas estaduais	- Implantar escolas de tempo integral.	- Implantar no mínimo 01 escola de tempo integral por município até 2019.
- Fortalecer as Universidades Estaduais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar oferta de cursos de graduação e pós graduação na UNEB – Campus IV;</li> <li>- Ampliar projetos de pesquisa e extensão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar no mínimo mais 02 cursos de graduação na UNEB – Campus IV até 2020;</li> <li>- Aumentar em 30% a oferta de projetos de pesquisa e extensão até 2018.</li> </ul>
- Implementar políticas de educação do campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, educação infantil e ensino médio no campo, e fortalecer a educação de jovens e adultos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetivar parceria entre Estado e municípios para a construção de Escola Família Agrícola.</li> <li>- Garantir o funcionamento das escolas do campo com educação contextualizada à realidade local;</li> <li>- Fomentar e fortalecer a identidade no campo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir no mínimo 01 EFA no Território até 2020.</li> <li>- Criar o plano territorial de educação do campo até 2019.</li> </ul>
- Fortalecer a educação profissional técnica.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a oferta de cursos da Escola Técnica Estadual no Território;</li> <li>- Aumentar a oferta de cursos de qualificação profissional;</li> <li>- Realizar cobranças e parcerias com a União para a ampliação da oferta de cursos técnicos no IFBA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar Escola Técnica na Rede Estadual (CETEP) até 2020;</li> <li>- Implantar no mínimo mais 02 cursos técnicos no IFBA até 2020;</li> </ul>

- Implementar política de educação inclusiva.	- Construir a política de educação inclusiva.	- Elaborar a política de educação inclusiva até 2020.
- Prover infraestrutura e suprimentos adequados na rede de escolas estaduais e municipais.	- Qualificar e ampliar o acesso ao transporte escolar; - Qualificar o Programa de Merenda Escolar, inclusive ampliando o PAA e PNAE;  - Ampliar a oferta de Profissionais nas Escolas da Rede Estadual, com ênfase nos professores e coordenadores pedagógicos, e equipes multiprofissionais.	- Dotar no mínimo 01 coordenador pedagógico para cada escola da rede estadual até 2019; - Aumentar em 10% de professores na rede estadual, através de concurso público até 2019.
- Fortalecer as políticas para juventude no território.	- Implantar Secretarias/ coordenadorias de Políticas para Juventude; - Elaborar os Planos Municipais de Políticas para a Juventude; - Elaborar o Plano Territorial de Políticas para Juventude.	- 50 % dos municípios com planos implantados até 2020; - Criar conselhos de juventude em todos os municípios do território.
- Fortalecer as políticas para as mulheres no território.	- Implantar Secretarias/ coordenadorias de Políticas para as mulheres; - Elaborar os Planos Municipais de Políticas para as Mulheres; - Elaborar o Plano Territorial de Políticas para as Mulheres.	- 50 % dos municípios com planos implantados até 2020;
- Fortalecer as políticas de segurança alimentar.	- Elaborar os Planos Municipais de Segurança Alimentar; - Elaborar o Plano Territorial de Segurança Alimentar; - Ampliar e fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). - Fortalecer os conselhos de alimentação escolar.	- 50 % dos municípios com planos implantados até 2020;
- Fortalecer a política cultural no território.	- Construir espaços de lazer e recreação para crianças, idosos e jovens, a exemplo dos CEUs;	- 100 % dos municípios com planos implantados até 2020; - Construção de no mínimo 01 CEU por município do TIPD até 2022;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituir o processo de territorialização dos editais da Secult;</li> <li>- Fortalecer a parceria com o Governo do Estado para a elaboração de planos municipais e territorial de cultura.</li> <li>- Qualificar o público em geral para elaboração de projetos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar Plano Territorial de Cultura até 2020;</li> <li>- Determinar regra de Territorialização no mínimo em 50 % dos editais da Secult.</li> </ul>
- Fortalecer a política de educação no território	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorar as metas dos planos municipais de educação;</li> <li>- Criar o Fórum Territorial de Educação e fortalecer os conselhos municipais;</li> <li>- Criar estratégias de permanência dos alunos de EJA.</li> <li>- Fortalecer Parceria Público Privada para ampliação de ofertas de novos cursos e implantação de novas escolas e universidades no território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar a política de educação continuada para profissionais da educação até 2021;</li> <li>- Reduzir as taxas de evasão do EJA em até 30% até 2020.</li> <li>- Aumentar em 10% o número de vagas de formação inicial e continuada até 2019.</li> </ul>
- Implantar política de educação contextualizada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir e implantar política de educação contextualizada;</li> <li>- Fortalecer o debate sobre cultura, diversidade, povos e comunidades tradicionais, questão ambiental, dentre outras temáticas importantes para compreensão da complexidade da existência humana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar o número de pós-graduação no Campus IV da UNEB até 2020 – Lato Sensu;</li> <li>- Implantar projeto de cultura cigana em todos os municípios do território.</li> </ul>

#### Quadro 2.4. Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Promover a diversificação da matriz energética estadual, com ênfase nas fontes renováveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar energia solar nas repartições públicas;</li> <li>- Aumentar as exigências nos processos de licenciamento de empreendimentos eólicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar energia solar nas repartições públicas e programas de habitação construídas a partir de 2018;</li> <li>- Exigir de EIA-RIMA nos processos de licenciamento de empreendimentos eólicos a partir de 2017.</li> </ul>

Melhoria da oferta dos serviços de saúde.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar a oferta de medicamentos da farmácia básica;</li> <li>- Ampliar a oferta de serviços especializados;</li> <li>- Disponibilizar leitos de UTI;</li> <li>- Fortalecer Rede Cegonha;</li> <li>- Efetivar PPP para fortalecimento da rede em saúde, em especial na viabilização de Faculdades com cursos na área de saúde;</li> <li>- Fortalecer a Estratégia de Saúde da Família;</li> <li>- Aumentar a fiscalização dos serviços pactuados com os maiores centros;</li> <li>- Fortalecer a rede hierárquica dos diversos programas de saúde (Samu, Cerest, Ceo, etc.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar em 20% o elenco da Relação Estadual de Medicamentos da Farmácia Básica;</li> <li>- Construir e implantar da Policlínica Territorial até 2019;</li> <li>- Implantar 10 leitos de UTI até 2020;</li> <li>- Implantar Casas de Parto Natural em 30% dos municípios de pequeno porte;</li> </ul>
Dotar o TI de espaço apropriado para eventos de médio e grande porte.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar Fóruns Setoriais nas mais diversas áreas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir 01 Centro de Convenções no Território até 2022;</li> </ul>
Ampliar a cobertura de saneamento ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar política estadual de educação ambiental;</li> <li>- Realizar Termos de cooperação técnica entre Estado e municípios para elaboração dos PMS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar 1 plano regional de saneamento básico em 2018;</li> <li>- Ampliar 3 sistemas de esgotamento sanitário até 2019;</li> <li>- Construir 100 módulos sanitários domiciliares em 2018;</li> <li>- Elaborar 3 estudos e projetos para obras de esgotamento sanitário até 2019;</li> <li>- Implantar 2 sistemas de esgotamento sanitário até 2020.</li> </ul>
Ampliar Programa de Melhoria Habitacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar projetos pilotos para saneamento ambiental rural;</li> <li>- Condicionar captação de água de chuva e tratamento de efluentes nos programas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar 1 projeto modelo em assentamento, com saneamento ambiental rural em 100%, no território até 2019.</li> </ul>

	de construção governamental;	
Qualificar segurança pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar o efetivo policial;</li> <li>- Implantar Corpo de Bombeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar Batalhão da Polícia Militar no TI até 2021;</li> <li>- Implantar Batalhão do Corpo de Bombeiro no TI até 2022;</li> <li>- Implantar Delegacia da Mulher até 2021.</li> </ul>
Ampliar oferta de telefonia móvel e banda larga	- Efetivar PPP para ampliação de serviços de telecomunicações	- Universalizar o acesso a telefonia móvel e banda larga até 2025
Melhorar mobilidade urbana e rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir e recuperar malha rodoviária;</li> <li>- Implantar voos comerciais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Requalificar BAs do TI - 144, BA-131, BR 324 trecho Lages do Batata – Várzea Nova;</li> <li>- Ampliar ou relocar o aeroporto de Jacobina para receber voos de médio porte até 2023.</li> </ul>

#### Quadro 2.5 Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Investir em tecnologias socialmente apropriadas para reuso de águas residuárias, contemplando comunidades tradicionais, comunidades rurais e áreas de assentamento de reforma agrária.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Viabilizar editais para iniciativas privadas e públicas municipais;</li> <li>- Ampliar política estadual de educação ambiental;</li> <li>- Reusar águas residuárias de bacias de decantação de processos de tratamento de esgotos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar 626 Bacias de Evapotranspiração – BET para reuso de “águas negras”;</li> <li>- Implantar de 20 projetos piloto de saneamento ambiental rural.</li> </ul>
Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água para usos múltiplos e sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar programa de acesso a água (Água para Todos);</li> <li>- Melhorar e ampliar os Sistemas de Abastecimento de Água existentes;</li> <li>- Realizar estudos de viabilidade de novos barramentos no Rio Itapicuru;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir 1287 sistemas de captação de água de chuva, entre: cisternas de consumo e produção, barragens subterrâneas, tanques de pedra, barreiros, etc.;</li> <li>- Ampliar 1 barragem;</li> <li>- Ampliar 2 sistemas de abastecimento de água;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar Barragens e/ou açudes;</li> <li>- Finalizar Plano de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento dos corpos d'água do Itapicuru e Salitre;</li> <li>- Realizar estudos de oferta de água subterrânea no Território;</li> <li>- Dessalinizar águas de poços artesianos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar sistemas integrados de abastecimento de água;</li> <li>- Elaborar projeto executivo de oferta de água;</li> <li>- Elaborar projetos de sistemas de abastecimento de água;</li> <li>- Implantar sistemas integrados de abastecimento de água com adutoras;</li> <li>- Implantar 120 sistemas simplificados de abastecimento de água;</li> <li>- Perfurar 170 poços artesianos;</li> <li>- Recuperar 1 barragem;</li> <li>- Implantar 2 estruturas hídricas em escolas rurais;</li> <li>- Implantar 1192 tecnologias sociais de acesso à água.</li> </ul>
Fortalecer e implementar os instrumentos da política estadual de recursos hídricos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cadastro de usuários de água no TIPD;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cadastro de usuários nas Bacias Hidrográficas que compreendem o TIPD até 2018.</li> </ul>

### Capítulo 3. Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDSS

#### 3.1 Descrição sobre os instrumentos e estratégias para a gestão do desenvolvimento

Monitoramento e Avaliação são processos analíticos organicamente articulados, se complementado no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público com informações mais sintéticas e tempestivas sobre a operação do programa. (JANNUZZI. 2009 p.124)

A elaboração do PTDSS tem suas bases arraigadas nas propostas de sustentabilidade por meio de ações conjuntas e articuladas para objetivos e metas cujas diretrizes e estratégias comuns definem o desenvolvimento social sustentável

como objeto do diagnóstico científico por meio da elaboração e acompanhamento de projetos bem como do monitoramento de programas implantados.

O monitoramento nesse sentido aponta para um levantamento que produz oportunidade crítica que, por sua vez seriam postas como matéria de desafios estratégicos no ciclo de aprimoramento.

O Codeter TIPD é composto pela sua Plenária, Núcleo Diretivo, bem como pelas instâncias consultivas, Câmaras Temáticas. São nesses espaços que se constroem a governança e as pactuações territoriais. Assim, caberá a estas instâncias gerir e monitorar os objetivos, estratégias e metas elencadas no PTDRSS. Pretende-se criar no segundo semestre de 2017 uma comissão permanente de acompanhamento e avaliação do plano, responsável pela elaboração e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PTDRSS. Sua composição será definida em Assembleia Geral e seguirá normais regimentais específicas. Esta Comissão de Acompanhamento e Avaliação terá como tarefa principal o acompanhamento interno das discussões acerca das estratégias e metas almejadas, construindo uma metodologia participativa para a criação de indicadores de monitoramento e cobrança junto as demais instâncias de governança como o Cedeter e CET, além das secretarias de competência de cada meta pactuada.

Ao longo da elaboração do PTDRSS, percebeu-se a grande dificuldade de referências bibliográficas de dados estratificados por município no Território, o que dificultou a consolidação de dados por parte do consultor e equipe de trabalho, sugerindo ao Estado atualização de seus periódicos, excluindo dados do município de Capim Grosso do Território Piemonte da Diamantina, já que o mesmo agora não faz parte do Território.

Está previsto a criação de uma fanpage no Facebook, um grupo de e-mails e um grupo de Waths App na tentativa de melhorar a comunicação entre os membros do Codeter TIPD, além de blog ou site para divulgação pública das atividades e ações do Colegiado, ferramentas essas que podem também auxiliar o acompanhamento e avaliação das metas estabelecidas.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia-IPAC-BA.**

FREITAS, José e REGINA, Maria. 1996. História da Freguesia Velha de Santo Antônio. Disponível em: <http://almacks.blogspot.com.br/2010/07/e-x-p-o-s-i-c-o.html>  
> Acesso em 13 de novembro de 2016.

Inventario de Proteção ao Acervo Cultural da Bahia - **IPAC**- BAHIA. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB. **Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina.** Vol. IV. Disponível em <  
<https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/10477-ipac-ba-invent%C3%A1rio-de-prote%C3%A7%C3%A3o-ao-acervo-cultural-da-bahia,-v-1,-3,-4-5,-7-secretaria-da-ind%C3%BAstria,-com%C3%A9rcio-e-turismo.html>> Acesso em 13 de novembro de 2016.

Barros, Mary Amazonas L. de B e Berthell Leslie. TRADUÇÃO; **História da América Latina**, (A descoberta, p. 471 a 473). Volume 2. Editora EdUSP, 1999. São Paulo-SP.

<<http://www.sei.ba.gov.br/>>